

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Rede Assistencial Supervisões Técnicas da Saúde Vila Maria/Vila Guilherme

CNPJ nº 61.699.567/0020-55
Nota da Administração



Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, estamos publicando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: SPDM - Rede Assistencial Vila Maria / Vila Guilherme, que integra a SPDM. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30/04/2019. São Paulo, 28/02/2019. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da SPDM.

Demonstrações Contábeis Comparativo dos Balanços Patrimoniais Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais			Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
Ativo	2018	2017	Passivo	2018	2017
Ativo Circulante	183.389.933,91	158.700.038,83	Passivo Circulante	183.381.611,94	158.570.250,07
Caixa e Equivalentes de Caixa-Nota 3.1	19.256.630,60	4.469.058,56	Fornecedores - Nota 3.9	334.145,57	139.802,95
Caixa	30,00	30,00	Serviços de Terceiros		
Bancos conta movimento	8.733,89	1.083.171,92	Pessoa Jurídica - Nota 3.10	1.186.315,43	1.371.517,70
Aplicações Financeiras - Nota 3.2	19.247.866,71	3.385.856,64	Serviços de Terceiros		
Clientes - Nota 3.3	161.576.733,41	151.958.265,84	Pessoa Física - Nota 3.10	28.680,06	9.691,79
P.M.S.P - Rede Assistencial Supervisões			Salários a pagar - Nota 3.11	5.212.276,13	4.714.004,80
Técnicas Saúde VM/VG - Nota 3.3.1	139.395.139,88	133.004.230,30	Contribuições a recolher - Nota 3.12	1.402.247,17	1.267.359,21
Valor Estimado - Rescisão			Provisão de férias - Nota 3.13	10.645.839,70	9.145.787,44
de Contrato - Nota 3.3.2	22.181.593,53	18.954.035,54	Provisão de FGTS sobre férias - Nota 3.13	851.175,19	730.403,18
Outros Créditos - Nota 3.4	1.225.095,80	822.346,69	Provisão PIS sobre 13º Salário		
Adiantamentos a fornecedores - Nota 3.4.1	554.611,30	484.710,38	e Férias - Nota 3.13	106.458,70	91.457,99
Antecipações salariais	60.577,93	66.985,02	Provisão de despesas c/quitações	22.181.593,53	18.954.035,54
Antecipação de férias - Nota 3.4.2	594.962,39	232.848,42	Emprestimo a funcionário		
Outros créditos e adiantamentos - Nota 3.4.3	3.000,00	3.000,00	Lei 10.820/03 - Nota 3.16	340.693,51	327.678,36
Adiantamento SPDM	11.944,18	11.086,33	Impostos a recolher - Nota 3.14	2.083.327,57	1.867.438,38
Valores Transitáveis - Nota 3.4.3	-	23.716,54	Obrigações Tributárias - Nota 3.15	146.073,74	90.623,62
Despesas Pagas Antecipadamente	20.720,29	57.747,95	Acordo Trabalhista a pagar	-	2.700,00
Prêmios de seguros e			Outras contas a pagar - Nota 3.17	36.266,49	471.492,60
outros a vencer - Nota 3.6	20.720,29	57.747,95	Recebimento de materiais de terceiros	-	456,04
Estoques - Nota 3.5 e 3.5.1	1.310.753,81	1.392.619,79	Operações com Materiais		
Materiais utilizados no setor de nutrição	11.601,74	8.007,31	Terceiros - Nota 3.5.1	1.038.055,89	1.183.502,91
Materiais utilizados no setor de farmácia	74.161,54	55.084,45	Estrutura SPDM - Nota 3.17	-	-
Materiais de almoxarifado	186.934,64	141.037,75	Convênios/Contratos públicos		
Empréstimos de materiais a terceiros	-	4.987,37	a realizar - Nota 3.18	137.788.463,26	118.202.297,56
Operações com Materiais de Terceiros	1.038.055,89	1.183.502,91	Passivo não Circulante	58.079.459,12	158.023.747,10
Ativo não Circulante	58.071.137,15	157.893.958,34	Provisão de Despesa Proc. Trabalhistas	8.321,97	129.788,76
Ativo Realizável a Longo Prazo	57.951.691,84	157.297.449,28	Imobilizado - Bens de terceiros - Nota 3.8	6.931.885,69	6.881.215,40
Contratos/Convênios Públicos			Ajustes vida útil econômica - Bens		
a receber - Nota 3.7	57.951.691,84	157.297.449,28	de terceiros - Nota 3.8.1	(6.812.440,38)	(6.284.706,34)
Ativo Imobilizado - Bens			Convênios/Contratos Públicos		
de Terceiros - Nota 3.8	110.791,83	582.355,62	a realizar - Nota 3.18	57.951.691,84	157.297.449,28
Imobilizado - Bens de Terceiros	6.904.385,69	6.853.715,40	Total do Passivo	241.461.071,06	316.593.997,17
Ajuste Vida Útil Econômica Bens			Patrimônio Líquido	-	-
Terceiros - Nota 3.8.1	(6.793.593,86)	(6.271.359,78)	Resultado no período - Superávit/Déficit	-	-
Ativo Intangível - Nota 3.8	8.653,48	14.153,44	Total do Passivo e do	241.461.071,06	316.593.997,17
Intangível de Terceiros	27.500,00	27.500,00	Patrimônio Líquido	241.461.071,06	316.593.997,17
Ajuste Vida Útil Econômica					
Intangível Terceiros - Nota 3.8.1	(18.846,52)	(13.346,56)			
Total do Ativo	241.461.071,06	316.593.997,17			

Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
Descrição	Dez/18	Dez/17
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Varições nos ativos e passivos		
(Aumento) Redução em contas a receber	(9.618.467,57)	2.530.971,16
(Aumento) Redução outros créditos	98.943.008,33	99.620.101,65
(Aumento) Redução de despesas antecipadas	37.027,66	5.558,38
(Aumento) Redução em estoques	(64.037,08)	114.983,54
Aumento (Redução) em fornecedores	9.140,35	357.415,65
Aumento (Redução) nas doações e subvenções/Contratos de gestão	(79.759.591,74)	(107.548.316,12)
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	5.240.492,09	7.714.553,37
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	(477.063,75)	(329.400,36)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	14.310.508,29	2.465.867,27
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
(+) Recebimento pela venda de ativo imobilizado	-	-
(-) Aquisições de imobilizado	-	-
(-) Adição de Bens de Terceiros	477.063,75	329.400,36
(-) Adição de bens intangíveis	-	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	477.063,75	329.400,36
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captação de Empréstimos e financiamentos	-	-
(-) Pagamentos de Empréstimos e financiamentos	-	-
Juros pagos por empréstimos	-	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	-	-
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	14.787.572,04	2.795.267,63
Saldo inicial de Caixa e equivalente	4.469.058,56	1.673.790,93
Saldo final de Caixa e equivalente	19.256.630,60	4.469.058,56

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31/12/2018 e 2.017

Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras: A Entidade, SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nºs. 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. **Características da Unidade Gerenciada:** A partir da Portaria nº 2411/2014 Chamamento Público nº 008/2014 - SMS/G/NTCSS a Comissão Especial de Seleção de Organização Social publicada em Diário Oficial aprovou em 04/04/2015 a gestão da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Rede Assistencial Vila Maria/Vila Guilherme onde gerencia as unidades de Saúde dos distritos administrativos dos bairros Vila Maria, Vila Guilherme e Vila Medeiros, conhecida pelas Unidades Afiliadas como "microrregião", esse núcleo de atendimento foi formado com o objetivo de prestar assistência integral/integrada - atenção básica e assistência médica de média complexidade, com referência e contra - referência - a 300 mil moradores da região através da incorporação de serviços que complementam o atendimento prestado pelo Hospital Municipal Vereador José Storpollí - Vila Maria, pioneiro na microrregião. Em julho de 2015 foi firmado o Contrato e Gestão R008/2015 SMS/NTCSS processo nº 2014-0.136.154-0 com prazo de 60 (sessenta) meses com vigência de 08.08.2015 a 31.07.2020 com valor global estimado de R\$ 508.362.481,20 (quinhentos e oito milhões trezentos e sessenta e dois mil quatrocentos e oitenta e um reais e vinte centavos), hoje são administradas 10 Unidades Básicas de Saúde (UBS), 03 Amas/UBS (Assistência Médica Ambulatorial), 01 Caps Infantil (Centro de Atenção Psicossocial Infantil), 01 Pronto Socorro, 01 Hospital Dia Hora Certa, 01 CER III (Centro Especializado em Reabilitação) e a Sede Administrativa. No ano de 2018 a unidade firmou com a PMSP os Termos Aditivos 09 ao 12 referente à revisão de metas e prorrogação de plano de trabalho e a acompanhamento a serviços de saúde. **1 - Imunidade Tributária:** A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05/10/1988. **2 - Apresentações das Demonstrações Contábeis:** A partir das demonstrações financeiras de 2013, a Entidade passou a adotar a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/6 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A SPDM elaborou suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicáveis às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC Nº 1.409/12 - ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em

Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
Descrição	Dez/18	Dez/17
1 - Receitas	147.007.081,35	142.542.229,81
1.1) Prestação de serviços	119.052.740,15	115.693.580,88
1.2) Subvenções e outras receitas operacionais	-	-
1.3) Outras Receitas	197.196,84	74.472,05
1.4) Isenção usufruída sobre contribuições	27.757.144,36	26.686.176,88
1.5) (-) Provisões Créditos Líquidos	-	-
1.6) (-) Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)	13.686.064,54	14.924.843,11
2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações d	1.860.223,38	1.832.922,13
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outro	10.729.845,16	12.711.866,67
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	65.886,81	350.345,45
2.4) Outros	1.030.109,19	29.708,86
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	133.321.016,81	127.529.386,70
4 - Retenções	-	-
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	-	-
5 - Valor Adicionado Líquido	133.321.016,81	127.529.386,70
Produzido pela Entidade (3-4)	133.321.016,81	127.529.386,70
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	5.979,70	219.766,86
6.1) Receitas financeiras	5.979,70	219.766,86
7 - Valor Adicionado Total (5+6)	133.326.996,51	127.749.153,56
8 - Distribuição do Valor Adicionado	133.326.996,51	127.749.153,56
8.1) Pessoal e encargos	103.854.670,29	99.697.176,14
8.2) Impostos, taxas e contribuições	282.972,26	83.032,39
8.3) Juros	49.035,95	2.098,12
8.4) Aluguéis	1.383.173,65	1.280.670,03
8.5) Isenção usufruída sobre contribuições	27.757.144,36	26.686.176,88
8.6) Lucros retidos / prejuízo do período	-	-

notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. **2.1 - Formalidade da Escrituração Contábil - Resolução nº 1.330/11 (NBC ITG 2000):** As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são registradas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. Com a publicação da portaria 1.420 de 19/12/2013 pela RFB, algumas alterações foram introduzidas com relação ao livro diário que passou a ser exigido em formato digital e a forma de arquivamento pelo cartório de registros. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. **2.2 - Nome Empresarial, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada:** SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Rede Assistencial Supervisão Técnica da Saúde Vila Maria/Vila Guilherme - R. Alberto Byington, 1526 - Vila Maria Alta - São Paulo - SP CEP 02127-001 - CNPJ nº 61.699.567/0020-55. **3 - Principais práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações:** Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas suas orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002 R1) e suas alterações. O plano de contas adotado atende aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. **3.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias.

	31.12.2018	31.12.2017
Saldo em Caixa	30,00	30,00
Saldos em Bancos	8.733,89	1.083.171,92
Aplicações Financeiras	19.247.866,71	3.385.856,64
Caixa e Equivalentes de Caixa	19.256.630,60	4.469.058,56
Os recursos financeiros disponíveis para a unidade gerenciada são mantidos em conta corrente bancária oficial e representam em 31.12.2018 o montante de R\$ 8.733,89 demonstrado no quadro acima. 3.2 - Aplicações Financeiras: As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores se encontram aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.		
Instituição	Tipo de Aplicação	Taxa - Rentabilidade %
Bradesco	CDB	Taxa PCT=5 0000
Bradesco	Cdb's/Letras	Taxa PCT=5 0000
Bradesco	FIC de FI Hiperfundo	Rentabilidade Mês=0,82%
Total		19.247.866,71

* a instituição mantém esforços para operar com as melhores taxas disponíveis na instituição financeira. **3.3 - Contas a receber:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das transações patrimoniais. Conforme a resolução 1.305/10 (que aprova a NBC TG 07 R2 Subvenção e Assistência Governamental) e conforme resolução 1.409/12 (que aprovou a ITG 2002 R1) a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão,

Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
Receitas	2018	2017
Receita Bruta de Serviços Prestados com Restrições - Afiliadas Saúde	146.809.884,51	142.379.757,76
Prefeitura Município São Paulo - Nota 4.1	118.638.688,90	115.684.874,43
Isenção usufruída-INSS Patronal		
Serviços Próprios - Nota 9.1	24.174.993,47	23.166.490,15
Isenção usufruída-INSS Patronal		
Serviços Terceiros - Nota 9.2	22.990,22	49.140,51
Isenção usufruída - COFINS - Nota 9.3	3.559.160,67	3.470.546,22
Trabalhos Voluntários - Nota 9.4	2.249,89	8.706,45
Outras Receitas	411.801,36	-
(-) Deduções da Receita Bruta de Serviços com Restrições - Afiliadas Saúde	-	-
(=) Receita Líquida de Serviços Prestados com Restrições - Afiliadas Saúde	146.809.884,51	142.379.757,76
(+) Outras Receitas com Restrições - Afiliadas Saúde	203.176,54	294.238,91
Outras receitas	195.934,74	74.472,05
Descontos Recebidos	5.379,70	-
Financeiras	600,00	-
Doações recebidas	1.262,10	-
(-) Receita Líquida com Restrições - Afiliadas Saúde	147.013.061,05	-
(-) Custos dos Serviços Prestados com Restrições - Afiliadas Saúde-Nota 4.2	108.600.217,02	105.462.943,02
(-) Serviços - Pessoal Próprio	83.771.697,54	81.245.935,93
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Física	114.951,12	245.701,98
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	1.897.420,14	2.813.616,93
(-) Manutenção e Conservação	842.559,17	-
(-) Mercadorias	1.860.223,38	1.832.922,13
(-) Custos de Bens Permanentes	5.200,00	-
(-) Isenção usufruída - INSS Patronal		
Serviços Próprios - Nota 9.1	20.085.175,45	19.275.625,54
(-) Isenção usufruída - INSS Patronal		
Serviços Terceiros - Nota 9.2	22.990,22	49.140,51
(=) Superávit/Déficit Bruto com Restrições - Afiliadas Saúde	38.412.844,03	-
(-) Despesas Operacionais com Restrições - Afiliadas Saúde	38.412.844,03	37.211.053,65
(-) Serviços - Pessoal Próprio	20.080.722,86	18.442.533,76
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Física	-	-
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	7.926.360,11	9.858.994,41
(-) Manutenção e Conservação	1.108.470,68	0,00
(-) Mercadorias	223.257,59	109.142,45
(-) Financeiras	84.403,10	31.806,98</

▶ **continuação** **3.8 - Imobilizado - Bens de Terceiros:** O imobilizado da RASTS VMVG é composto por bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão ou convênios para os quais possuímos documentos de cessão de uso. Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma:

Descrição	Posição em 31/12/2017	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2018
Imobilizado-Bens de Terceiros	6.853.715,40	50.670,29	-	6.904.385,69
Bens Móveis	6.853.715,40	50.670,29	-	6.904.385,69
Aparelhos Equipamentos Utensílios Médico Odontológicos Laboratórios	3.324.166,33	25.531,10	-	3.349.697,43
Equipamentos Processamento de Dados	1.456.646,41	876,00	-	1.457.522,41
Mobiliário em Geral	1.240.029,84	20.265,00	-	1.260.294,84
Maquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	339.170,60	1.359,20	-	340.529,80
Veículos de Tração Mecânica	111.337,00	-	-	111.337,00
Aparelhos de Medição	51.757,20	-	-	51.757,20
Aparelhos de Equipamentos Comunicação	71.983,45	-	-	71.983,45
Aparelhos e Utensílios Domésticos	220.679,54	2.638,99	-	223.318,53
Maquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	5.004,00	-	-	5.004,00
Equipamentos para Audio Video e Foto	13.410,00	-	-	13.410,00
Máquinas Ferramentas e Utensílios de Oficina	19.531,03	-	-	19.531,03
Total Imobilizado - Terceiros	6.853.715,40	50.670,29	-	6.904.385,69
Imobilizado-Bens de Terceiros	27.500,00	-	-	27.500,00
Bens Móveis	27.500,00	-	-	27.500,00
Softwares	27.500,00	-	-	27.500,00
Total Imobilizado - Terceiros	27.500,00	-	-	27.500,00

Descrição	Posição em 31/12/2017	Baixa	Posição em 31/12/2018	Taxas anuais médias de ajustes	%
Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros	(5.601.981,84)	(1.210.458,54)	(6.812.440,38)		
Bens Móveis	(5.601.981,84)	(1.210.458,54)	(6.812.440,38)		
Aparelhos Equipamentos Utensílios Médico Odontológicos Laboratórios	(2.340.952,11)	(1.002.230,07)	(3.343.182,18)	10	20
Equipamentos Processamento de Dados	(1.434.606,71)	(13.814,90)	(1.448.421,61)	10	10
Mobiliário em Geral	(1.149.246,88)	(91.339,60)	(1.240.586,48)	10	10
Maquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	(325.647,92)	(6.145,60)	(331.793,52)	10	20
Veículos de Tração Mecânica	(83.976,90)	(27.360,10)	(111.337,00)	10	10
Aparelhos de Medição	(41.161,48)	(2.284,08)	(43.445,56)	10	10
Aparelhos de Equipamentos Comunicação	(63.343,88)	(8.639,57)	(71.983,45)	10	10
Aparelhos e Utensílios Domésticos	(130.667,37)	(43.463,42)	(174.130,79)	10	10
Maquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	(5.004,00)	-	(5.004,00)	10	10
Equipamentos para Audio Video e Foto	(12.720,12)	(182,16)	(12.902,28)	10	10
Maquinas Ferramentas e Utensílios de Oficina	(6.807,87)	(3.999,12)	(10.806,99)	10	10
Softwares	(7.846,60)	(10.999,92)	(18.846,52)	20	
Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros	(5.601.981,84)	(1.210.458,54)	(6.812.440,38)		

lanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valores históricos, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **3.22 - Apuração do Resultado:** Conforme Resolução CFC Nº 1.305/10 - NBC TG 07 (R2) Subvenção e Assistência Governamental Item 12, o resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas e despesas são confrontadas ao final do exercício, de maneira que o resultado apurado será sempre "zero". Portanto a apuração do resultado não interfere no Patrimônio Líquido da instituição. **4 - Origem e aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **4.1 - Rendimentos sobre Aplicação Financeira - Receitas Financeiras com Restrição:** Os recursos provenientes de convênios e contratos públicos, são eventualmente mantidos em conta de aplicação financeira, enquanto não utilizados para o custeio da unidade gerenciada. Os rendimentos sobre aplicações financeiras são reconhecidos como Receitas Financeiras no Resultado da Entidade, e transferidos para a conta de Passivo denominada "Convênios/Contratos Públicos a Realizar", em conformidade com o Item 29 da NBC TG 07 (R2) Subvenção e Assistência Governamental. Em 2018 tais valores representam o montante de R\$ 679.059,79. **4.3 - Auxílios, Subvenções, Contrato de Gestão e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC Nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditados diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2018, a unidade gerenciada recebeu Assistências Governamentais Federais, Estaduais e Municipais conforme quadro abaixo:

CNPJ - 61.699.567/0020-55	
Convênios/Contratos	R\$
2014-0.136.154-0 - R008/2015 - Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde VI Maria/VI Guilherme - 001/2015 Custeio Fonte 00	110.815.286,59
2014-0.136.154-0 - R008/2015 - Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde VI Maria/VI Guilherme - 001/2015 Custeio Fonte 02	20.758.400,00
Total	131.573.686,59

5 - Patrimônio Líquido: Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2.012, e descrito em notas explicativas dos anos, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem as Resoluções 1305/10 e 1409/12, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece as Resoluções CFC 1409/12 (Item 11) e CFC 1305/10 (Item 12 e 15A), que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, a Entidade optou em não divulgar a DMPL - Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido no período de 2017 e 2018. **6 - Resultado Operacional:** Em virtude do reconhecimento de receitas e despesas conforme Resolução Nº 1.305/13 (NBC TG 07 R1), Item 12 e 15A, o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado, de receitas e despesas compensadas em bases sistemáticas. Em 2018, a instituição reconheceu repasses e outras receitas no montante de R\$ 132.448.922,92 (cento e trinta e dois milhões e quatrocentos e quarenta e oito mil e novecentos e vinte e dois reais e noventa e dois centavos), esses recursos foram aplicados na atividade operacional e assistencial da unidade, considerando custos e despesas operacionais no período, totalizando um montante de R\$ 119.253.666,80 (cento e dezoito milhões e duzentos e cinquenta e três mil e seiscientos e sessenta e seis reais e oitenta centavos). Dessa forma, se houvesse apuração do resultado, a instituição encerraria o exercício com um resultado superavitário de R\$ 13.195.256,12 (treze milhões e cento e noventa e cinco mil e duzentos e cinquenta e seis reais e doze centavos). **7 - Das disposições da Lei 12.101 e portaria 834/16:** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto 8.242/14 tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). De acordo com a mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. Em 2018, a unidade gerenciada apresentou a seguinte produção:

Produção - DataSus	RASTS VMVG	
Detalhe_Original	2018	
Atendimento odontológico individual	71.755	
Consulta Médica - UBS/ESF	352.934	
Consulta não médica	179.690	
Nº de Idosos em acompanhamento	1021	
Nº de pacientes ativos em atendimento - EMAD	809	
Procedimento Odontológico	266.866	
Visita Domiciliar	175.765	
Atendimento não Médico	12.958	
Cirurgia ambulatorial	243	
Consulta médica especializada	51.868	
Ações de Reabilitação Psicossocial	2.120	
Acolhimento inicial/diurno de pacientes	51	
Atenção às situações de crise	23	
Atendimento em grupo	3.575	
Atendimento familiar	3.133	
Atendimento individual	3.580	
Matriciamento em equipes de atenção básica	157	
Práticas corporais	1.630	
Práticas expressivas e comunicativas	2.112	
CD Protesista (Atendimentos)	3.363	
Cirurgia Oral Menor (procedimentos)	954	
Endodontia (procedimentos)	801	
Ortopedia funcional dos maxilares/Ortodontia (Atendimentos)	1.520	
Paciente Especial(procedimentos)	731	
Periodontia (procedimentos)	2.331	
Próteses e Aparelhos Ortodônticos (Peças entregue no mês)	138	
Nº de pacientes em acompanhamento APD	840	
Consulta/ atendimento de urgência (PS/PA)	162.275	
Nº de pacientes em terapia/mês CER	9.257	
Nº de casos novos/mês (avaliação multidisciplinar em reabilitação) CER	1.862	
SADT Total	30.516	
Assistente Social	1.563	
Consulta Médica - URSI	3.385	
Enfermeiro	2.538	
Fisioterapeuta	700	
Nutricionista	1.512	
Psicólogo	488	
Terapeuta Ocupacional	746	

8 - Relatório de Execução do Contrato de Gestão

Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2018			
Linha de Contratação	Total		
	Contratado	Realizado	
Atendimento Ambulatorial			
- Atenção Básica - Total	Jan a Dez	Jan a Dez	
Consulta Médica - UBS	313.362	274.040	
Consulta Médica - ESF	61.568	55.046	
Consulta Enfermeiro - ESF	23.088	23.848	
Visita Domiciliar ACS - ESF	177.600	175.765	
Cirurgião Dentista (atendimento individual) ESB/UBS	82.656	71.755	
Cirurgião Dentista (procedimento) ESB/UBS	286.896	266.866	
Nº de pacientes ativos em atendimento - EMAD	720	809	
Nº de Idosos em Acompanhamento- PAI	1.440	1.021	
Atendimento Ambulatorial - Atenção Especializada - Total			
Serviço de Apoio Diagnóstico e Terapêutico - UBS Izolina Mazei			
Nº de exames Total	7.788	17.216	
HD - Rede Hora Certa			
Consulta Médica Especializada	54.744	51.868	
Cirurgias Ambulatoriais	1.224	243	
Serviço de Apoio Diagnóstico e Terapêutico - HD - Rede Hora Certa			
Nº de exames Total	12.576	13.300	
Unidade de Referência Saúde do Idoso -URSI			
Consulta Médica - URSI	2.772	3.385	
Assistente Social	1.200	1.563	
Enfermeiro	1.440	2.538	
Nutricionista	1.296	1.512	
Fisioterapeuta	624	700	
Terapeuta Ocupacional	624	746	
Psicólogo	1.296	488	
Centro Especializado Odontológico			
Periodontia	1.440	2.331	
Cirurgia Oral Menor	960	954	
Endodontia	1.440	801	
Paciente Especial(procedimentos)	960	731	
CD Protesista (Atendimentos)	4.320	3.363	
Ortopedia funcional dos maxilares/ Ortodontia (Atendimentos)	1.920	1.520	
Próteses e Aparelhos Ortodônticos (Peças entregue no mês)	600	664	
Centro de Atenção Psicossocial -CAPS			
Nº de pacientes com cadastro ativo	1.860	6.077	
Centro Especializado de Reabilitação -CER			
Nº de casos novos/mês (avaliação multidisciplinar em reabilitação) CER	2.160	1.862	
Nº pacientes em terapia/mês CER	5.880	9.257	
Programa Acompanhante de Saúde da Pessoa com Deficiência -APD			
Nº pacientes em acompanhamento APD	840	840	
9 - Isenções E Contribuições Sociais Usufruídas: Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à portaria 834 de 27/04/2016 do Ministro da Saúde, a Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme Portaria SAS/MS nº 1.893, de 07/12/2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 à 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 30/10/2017, a Entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação, conforme processo SIPAR nº 25000.463598/2017-21, o qual aguarda deferimento pelo Ministério. Os montantes das isenções e as contribuições usufruídas durante o exercício de 2018 se encontram registrados em conta específica de receita e totalizou R\$ 27.757.144,36. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834 de 26/04/2016, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "C"). Desta forma, para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. As isenções e contribuições sociais usufruídas são referentes à COFINS, INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de terceiros PF. 9.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados: Conforme descrito no item 09 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercício de 2018, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica monta em R\$ 24.174.993,47. Em 2017, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 23.166.490,15. 9.2 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros: A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas sendo que no exercício de 2017 atingiu um montante de R\$ 49.140,51. Em 2017 o referido valor de receita totalizou R\$ 22.990,22. 9.3 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS): A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2017 foi de R\$ 3.470.546,22. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2018, esse montante foi de R\$ 3.559.160,67. 9.4 - Trabalho Voluntário: Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 continua ▶			

▶ **continuação** encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntariado. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselhos, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Para o ano de 2018 tomou por base o valor médio dos honorários praticados em Agosto/2017 (R\$/hora) no Brasil: *Pesquisa Perfil das Empresas de Consultoria no Brasil 2016 Conceção e Coordenação Luiz Affonso Romano Análise Estatística Sérgio Santos Comercialização*. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da

hora da categoria a que pertence o voluntário. Em 2018, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 2.249,89; em 2017 estes valores foram de R\$ 8.706,45. **10 - Ajuste a valor presente (Resolução do CFC Nº. 1.151/09 NBC TG 12):** Em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente, pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não circulantes) não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos,

receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **11 - Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contabilidade de Continuidade. **12 - Exercício Social:** Conforme estabelece o art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31/12/2018.

Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da SPDM

Dr. João Ladislau Rosa - Diretor Técnico RASTS VMVG

Elaine Cristina Albino Marques - Contadora - CRC 1SP270478/O-0

Relatório dos Auditores Independentes: Opinião sobre as Demonstrações contábeis: Examinamos as Demonstrações Contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Rede Assistencial Supervisão Técnica da Saúde - Vila Mariana / Vila Guilherme que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31/12/2018, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31/12/2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as Demonstrações Contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/2018, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 29/03/2019. **Audisa Auditores Associados** - CRC/SP 2SP 024298/O-3. Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior - Contador - CRC/RS 058.252/O-1 - CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04. Ricardo Roberto Monello - Contador - CRC/SP 1SP 161.144/O-3 - CNAI - SP - 1619

CenturyLink Comunicações do Brasil Ltda.

C.N.P.J.: 72.843.212/0001-41

Demonstrações Financeiras - Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2018 (Expresso em Milhares de Reais)

Balanço Patrimonial encerrado em Dezembro de 2018 (Expresso em Milhares de Reais)					
Ativo	31/12/18	31/12/17	Passivo	31/12/18	31/12/17
Circulante	210.834	201.730	Circulante	168.550	184.741
Caixas e Bancos	25.857	39.125	Fornecedores	82.762	114.200
Contas a receber	143.923	120.777	Obrigações sociais	34.227	28.956
Contas a Receber de Partes relacionadas	4.659	3.318	Impostos a recolher	22.219	15.743
Impostos a recuperar	12.382	16.887	Adiantamentos de clientes	29.342	25.842
Outros créditos	15.324	14.465			
Adiantamentos de Fornecedores	1.563	2.380			
Despesas do exercício seguinte	7.127	4.779			
Não Circulante	941.795	811.375	Não Circulante	589.884	487.071
Realizável a Longo Prazo	87.214	83.876	Financiamentos parte relacionadas - NC	80.976	5.252
Imposto de Renda Diferido Ativo	61.755	51.691	Contas a pagar de partes relacionadas - NC	235.533	178.831
Contas a receber de partes relacionadas - NC	18.833	25.340	Provisão para contingências	117.936	119.155
Despesas do exercício seguinte - NC	584	1.046	Adiantamentos de clientes - NC	155.439	183.833
Depósito em caução	6.041	5.799	Patrimônio Líquido	394.194	341.293
Imobilizado líquido	849.543	721.417	Capital social	124.665	97.110
Intangível	5.038	6.083	Lucros (Prejuízos) acumulados	269.529	244.183
Total	1.152.629	1.013.106	Total	1.152.629	1.013.106

Demonstração do Fluxo de Caixa			
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2018	2017	
Lucro líquido do exercício	25.346	50.814	Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais
Ajustes para: Depreciação e amortização	139.969	126.287	
Provisão de devedores duvidosos	3.423	1.397	
Provisão para contingências	(1.219)	2.292	
Imposto de renda e contribuição social Diferidos	(10.065)	5.660	
Aumento no contas a receber e outras contas a receber	(21.402)	2.427	
Redução (aumento) em impostos a recuperar	4.056	(4.349)	
Aumento nas despesas antecipadas	(1.887)	408	
Aumento em outros créditos	(284)	(1.738)	
(Redução) aumento de fornecedores	(31.438)	13.307	
(Redução) aumento de salários e férias a pagar	5.272	(2.013)	
Aumento (redução) de Adiantamento de Clientes	(24.894)	(3.108)	
Aumento (redução) de outras contas a pagar	132.426	18.158	
Aumento (redução) obrigações fiscais	6.476	(14.557)	
			Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais
			226.227
			194.985
			Fluxo de caixa de atividades de investimento
			Aquisição de imobilizado/Intangível
			(267.050)
			(253.627)
			Caixa usado em atividades de investimento
			(267.050)
			(253.627)
			Fluxo de caixa de atividades de financiamento
			Aumento de Capital
			27.555
			77.110
			Caixa usado nas atividades de financiamento
			27.555
			77.110
			Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa
			(13.268)
			18.469
			Caixa e equivalentes de caixa em 1o. de janeiro
			39.125
			20.656
			Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro
			25.857
			39.125
			Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa
			(13.268)
			18.469

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido				
	Capital social	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31/12/2017	97.110	244.184	-	341.294
Lucro líquido do exercício	-	-	25.346	25.346
Reserva de lucros	-	25.346	(25.346)	-
Aumento de Capital	27.555	-	-	27.555
Saldo em 31/12/2018	124.665	269.529	-	394.194

"As demonstrações financeiras completas acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, encontra-se à disposição na sede da Companhia."

Mauá Água S.A.

CNPJ 23.888.452/0001-57

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2018

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos necessários.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro (em reais)			
ATIVO	2018	2017	
Circulante			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Caixa e equivalentes de caixa	32.022	1.299	Circulante
Adiantamento a fornecedor	715.970	715.970	Fornecedores
Tributos a recuperar	2.009	14.174	Salários e encargos
	750.001	731.443	Tributos a pagar
Não circulante			Não circulante
Imposto de renda e contribuição social diferidos	354.706	266.337	Partes relacionadas
Intangível	757.627	757.627	Adiantamento para futuro aumento de capital
Total do ativo	1.862.334	1.755.407	Patrimônio líquido
			Capital social
			Prejuízos acumulados
			Total do passivo e patrimônio líquido
			1.862.334
			1.755.407

Demonstração das mutações do patrimônio líquido			
Exercícios findos em 31 de dezembro (em reais)	Capital social	Prejuízos	
			A integra- acumula-
			Subscrito
			lizar
			dos
			Total
Em 1º de janeiro de 2017	15.667.402	(14.099.928)	(186.141)
Prejuízo do exercício	-	(331.436)	(331.436)
Em 31 de dezembro de 2017	15.667.402	(14.099.928)	(517.577)
Aumento de capital	41.200	-	41.200
Prejuízo do exercício	-	(171.540)	(171.540)
Em 31 de dezembro de 2018	15.708.602	(14.099.928)	(689.117)
			919.557

Demonstração de fluxo de caixa			
Exercícios findos em 31 de dezembro (em reais)	2018	2017	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	2018	2017	
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(259.909)	(504.947)	
Variações nos ativos e passivos			
Tributos a recuperar	12.165	(14.174)	
Despesas antecipadas	-	35.904	
Fornecedores	-	(9.623)	
Salários e encargos sociais	25.079	(77.415)	
Tributos a pagar	(67)	395	
Outros passivos	-	(250)	
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(232.355)	(578.900)	
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Adiantamento para futuro aumento de capital	207.113	565.561	
Aumento de capital social por acionistas controladores	41.200	-	
Partes relacionadas	14.764	(4.615)	
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	263.077	560.946	
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	30.722	(17.954)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.299	19.252	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	32.022	1.299	

DIRETORIA	
Cleber Renato Virgínio da Silva	– Diretor Presidente
Contadora:	
Juliana Marques de Souza Russo	CRC SP250996/O-8

"As demonstrações financeiras completas estão disponíveis na sede da Companhia."